



MAPA DO TURISMO BRASILEIRO E A CLASSIFICAÇÃO DE ESTÂNCIAS TURÍSTICAS E MITs NA RMVPLN - Análise do impacto das classificações de cidades turísticas no desenvolvimento local

4 - Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

RESUMO

Este trabalho aborda as principais características do Mapa do Turismo Brasileiro e da classificação de Estâncias e Municípios de Interesse Turístico (MITs) do FUMTUR, ele identificou a classificação dos municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), com o objetivo de avançar sobre a problemática de se, e, como estas podem ajudar no desenvolvimento local destas regiões. Buscou-se alcançar este objetivo mediante a análise documental de leis estaduais e federais, da base de dados do Programa de Regionalização do Turismo e de artigos que tratam da temática. Como resultado identificou-se que muitos dos critérios adotados por estas classificações privilegiam apenas os aspectos de desenvolvimento econômico dos municípios, ao desconsiderar que desenvolvimento engloba aspectos econômicos e socioambientais. Essas classificações também privilegiam cidades turísticas já estruturadas, com maior nota de classificação beneficiadas na obtenção de recursos públicos.

ASPECTOS METODOLOGICOS

O método utilizado compreende uma revisão bibliográfica, com a busca em bases de dados científicos como o Scopus e o portal de periódicos da CAPES, de textos de referência ao tema proposto e a leitura crítica de cada um deles. O método contempla também a análise documental, de dados das secretarias de turismo do estado de São Paulo e do Ministério do Turismo brasileiro. Os principais documentos analisados serão a Lei complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015 (São Paulo, 2015), o relatório de Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2019) e o Painel do sistema de informações do Mapa do Turismo Brasileiro (SISMAPA) do MTUR (MTUR, 2022). Foram formuladas mediante esses dados, duas tabelas sínteses, a primeira classificará as cidades da RMVPLN em A, B, C, D e E, segundo as variáveis quantitativas: visitas nacionais, visitas internacionais, empregos, estabelecimentos e arrecadação de impostos no setor de hospedagens em reais do Mapa do Turismo



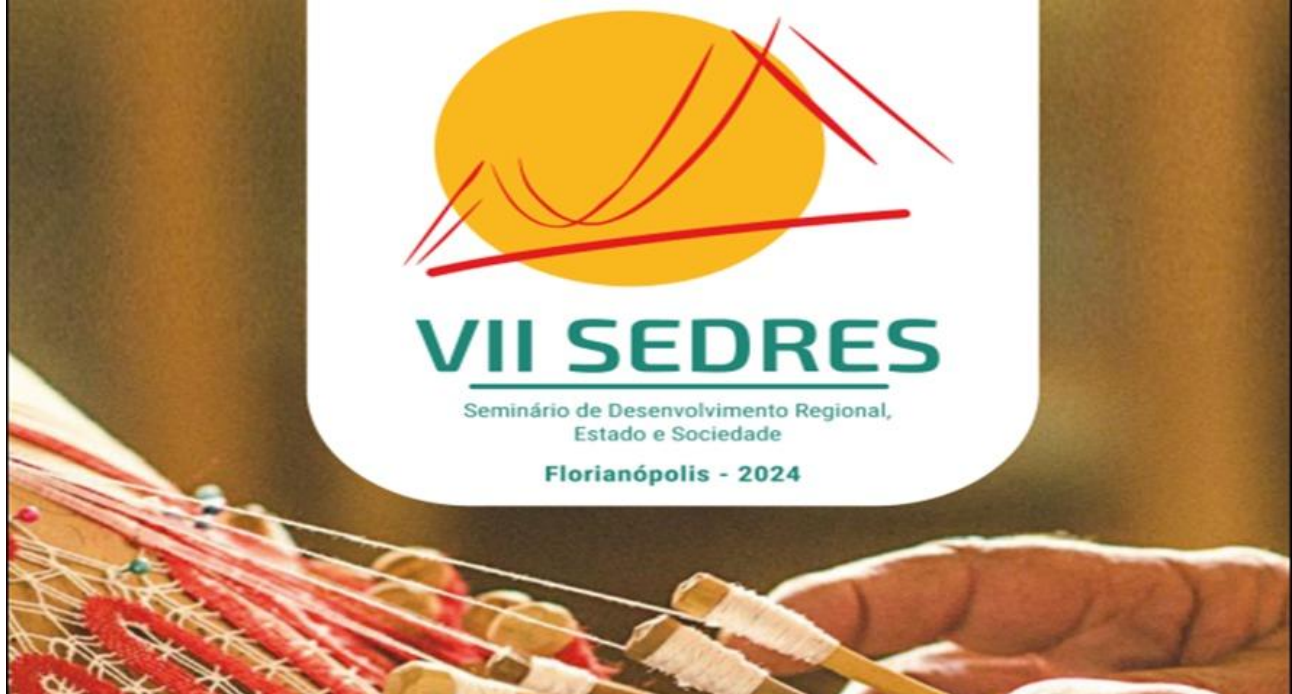
Brasileiro (MTUR, 2022). A segunda contemplará além das cidades da RMVPLN, o ranqueamento das Estâncias turísticas e dos MITs e suas notas de classificação (São Paulo, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A classificação das cidades do Mapa do Turismo Brasileiro deveria otimizar a distribuição de recursos públicos; orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios e aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do MTUR e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão (MTUR, 2021); no entanto com dados referentes a pré-pandemia da COVID -19 a classificação não reflete grande parte do que se encontra nos municípios.

Mediante os dados estudados e na revisão bibliográfica realizada, pode-se afirmar que a classificação do Mapa do Turismo não condiz com a realidade da cadeia produtiva do turismo existente na RMVPLN. O programa promete uma maior clareza da proposição de políticas públicas de desenvolvimento local e regional para os municípios que fazem parte do mapa, mediante o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2017). No entanto, é contraditório ao utilizar 3 das suas 5 variáveis de análise relacionados ao poder financeiro dos municípios (MTUR, 2023). A classificação possui muitas falhas, como não avaliar a geração de empregos informais, não contemplar esferas sociais, culturais e ambientais e utilizar dados não atualizados para distribuição de recursos públicos.

Já a classificação de Estâncias Turísticas e MITs do FUMTUR, contempla aspectos sociais, culturais e organizacionais como o Plano Diretor Municipal de Turismo ao ranquear seus municípios (São Paulo, 2021), o que já se prova ser mais assertivo do que a classificação do Mapa do Turismo Brasileiro. Outro aspecto importante é que esta classificação abarca apenas cidades com até 200 mil habitantes (São Paulo, 2016), privilegiando municípios de médio e pequeno porte.

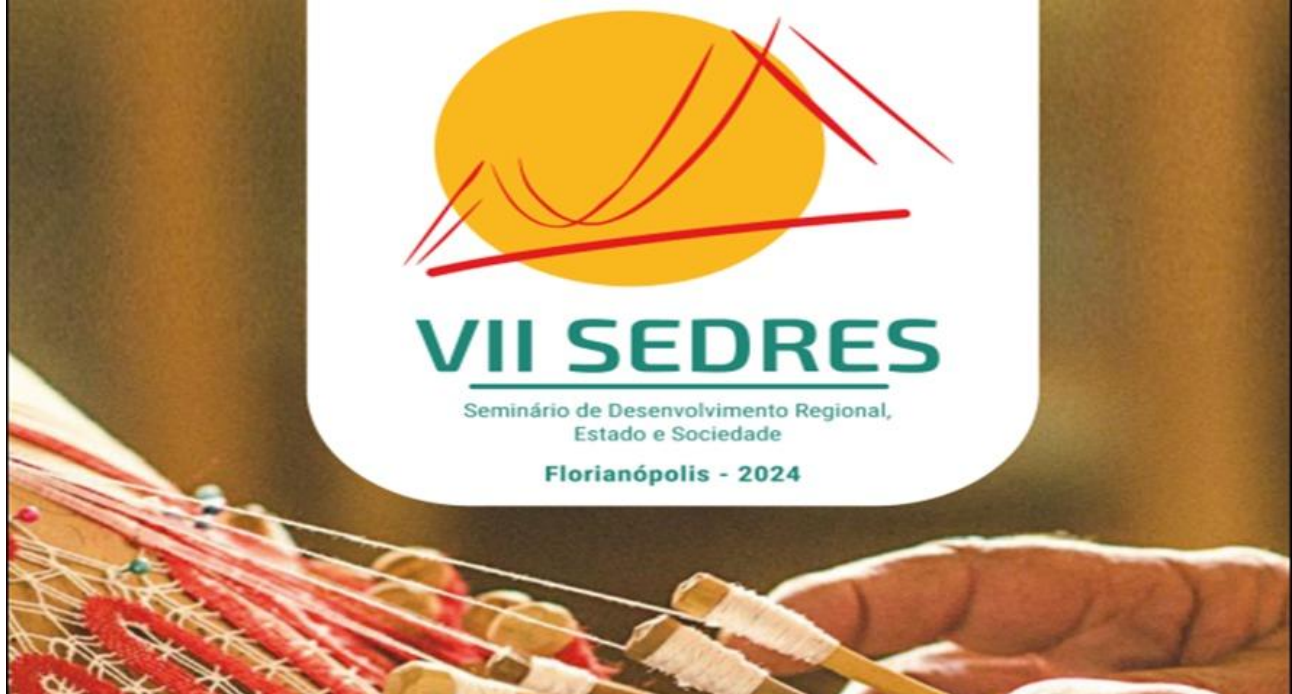


Ao se comparar as duas classificações percebe-se que uma privilegia aspectos econômicos (Mapa do Turismo Brasileiro) e a outra possui um equilíbrio maior entre os aspectos sociais, econômicos e organizacionais da estrutura turística de um município (FUMTUR). No entanto mesmo a classificação do FUMTUR possui limitações, ao não contemplar aspectos ambientais dos municípios em questão (São Paulo, 2015), por exemplo. A classificação é um avanço em relação a apresentada pelo Mapa do Turismo Brasileiro, mas ainda precisa avançar nos critérios adotados para ela. O Mapa do Turismo Brasileiro que está ligado ao Programa de Regionalização do Turismo, uma das mais abrangentes e estruturadas políticas públicas de turismo no Brasil, falha na promoção da regionalização do turismo. Ao privilegiar aspectos econômicos em sua classificação, não promove a regionalização e democratização do turismo, uma vez que grande parte dos recursos financeiros deste programa são encaminhados para cidades que possuem um turismo estruturado e muitas vezes predatório, sob controle de grandes corporações e sem conexão com o turismo de base local e comunitária, o que é contraditório com os objetivos do Mapa do Turismo Brasileiro. É urgente a reestruturação dessas classificações e dos critérios por elas adotados.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

A Sessão Temática “Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional”, se relaciona a este trabalho, uma vez que esta se propõe a estudar duas políticas públicas que almejam contribuir com o desenvolvimento regional e local de municípios turísticos, e/ou que buscam explorar o turismo como fonte de renda primária ou secundária. Classificações em nível federal e estadual impactam a distribuição de recursos públicos para o desenvolvimento regional e local, o que ressalta a função estruturante do Estado com a promoção de políticas públicas que visam o bem-estar sociocultural, ambiental e econômico, mediante a distribuição de recursos.

REFERÊNCIAS



MTUR, **Anuário estatístico de turismo 2022**, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020/copy_of_AnurioEstatsticodeTurismo2022AnoBase2021_Rev_c.pdf

MTUR, **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro PERGUNTAS E RESPOSTAS**, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf

MTUR, **PORTARIA MTUR Nº 41, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021**, Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/Consolidada%20-%20Portaria%20Mapa%2026-11-21.pdf>

MTUR, **Mapa do turismo Brasileiro: perguntas e respostas**, Brasília, 2023. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/Perguntas%20e%20Respostas%20-%20Atualizado%20-%202023.pdf>

MTUR, **Programa de Regionalização do Turismo, Brasília, 2017**. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=107

SÃO PAULO, **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>

SÃO PAULO, **LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16283-15.07.2016.html>

SÃO PAULO, **Relatório sobre o ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico (MIT)**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=707>